

Da Guerrilha à Luta dos Possesiros: a permanência da violência na repressão aos trabalhadores rurais na região do Araguaia

PATRICIA SPOSITO MECHI*

Este trabalho tem por finalidade discutir aspectos da repressão às experiências de luta dos posseiros da região do Araguaia, após o período de atividade de implantação de uma guerrilha rural na região pelo Partido Comunista do Brasil e o seu subsequente massacre pela ditadura militar brasileira, conhecida na historiografia como guerrilha do Araguaia. Pensamos que a repressão à atividade guerrilheira na região se estendeu e se perpetuou nas relações que se estabeleceram entre governo, latifundiários e trabalhadores rurais explicitando as representações ideológicas dos diferentes segmentos sociais envolvidos nos conflitos na região, onde ocorrem há décadas o maior número de assassinatos no campo. O objetivo do texto é realizar algumas aproximações com o tema.

A questão da luta pela terra não é nova no Brasil, ao contrário, é uma das decorrências do processo de desenvolvimento do capitalismo no país, em que a terra assume um caráter rentista, fundindo numa só pessoa o capitalista e o latifundiário. Oliveira afirma que esse processo intensificou-se a partir da segunda metade do século XX, em que a modernização da agricultura não transformou os latifundiários em empresários capitalistas mas, ao contrário, capitalistas industriais e urbanos passaram a ser também grandes proprietários de terra. Segundo o autor, “os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade” (OLIVEIRA, 2001: 186). Grandes empresas capitalistas estrangeiras se estabeleceram na região, tais como o grupo Bradesco e a Volkswagen.

* Professora de História Contemporânea da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e doutoranda do Programa de História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

A região em que ocorreu a guerrilha do Araguaia e seu entorno se constituiu historicamente como o maior pólo de conflitos pela terra e de maior violência contra trabalhadores rurais, onde o número de assassinatos é muito superior aos registrados em outras regiões do país, conforme se verifica no mapa a seguir:



. Brasil - Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985-1996

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT

A situação explosiva verificada no mapa, que trata do período 1985-1996, teve suas bases gestadas nas décadas anteriores. Durante a ditadura militar, pensou-se a região como um problema, pois tratava-se de um imenso vazio demográfico, de difícil acesso, com pouca infra-estrutura e que, a continuar nessa situação, poderia servir de

avanço ao comunismo. A região deveria funcionar como “área tampão” ou seja, deveria servir de barreira ao avanço das “ideologias exóticas”, contribuir para o avanço do capitalismo no Brasil, com a modernização da agricultura, além de possibilitar a diminuição das tensões sociais verificadas no nordeste, com incentivos migratórios.

Assim, verifica-se uma dupla ordem de incentivos: por um lado, os governos militares incentivaram grandes projetos de colonização na área, visando tanto diminuir os conflitos explosivos do nordeste (área em que nos anos anteriores atuaram as Ligas Camponesas), ao mesmo tempo em que povoavam uma região estratégica para os militares, para conter o avanço do comunismo. Além disso, incentivos fiscais foram oferecidos a grandes capitalistas, que se tornaram proprietários de latifúndios na região.

A população da região se formou, portanto, através da migração de trabalhadores que se deslocaram, expulsos pelo avanço do latifúndio, pelas modificações introduzidas pelo capitalismo no campo, buscando novas terras para continuar a exercer as formas tradicionais de agricultura com as quais estão habituados.

Para promover o povoamento da região, o governo do general-presidente Castelo Branco lançou a “Operação Amazônia”. Seu ministro do Planejamento, Roberto Campos, explicita o os motivos dos incentivos migratórios para a região:

Os problemas com que se defronta o Nordeste emanam de fatores próprios, tais como as pressões sociais geradas em uma região de solo e clima adversos, onde se agita uma população de cerca de 25 milhões de habitantes. Já na Amazônia, os traços dominantes do seu meio físico estão contidos na exuberante cobertura florestal e no emaranhado de grandes rios que a cortam (...) a Amazônia ainda apresenta os seguintes aspectos que a tornam inconfundível no quadro geral do país:

- um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível área de reserva , à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional
- uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais;
- o extrativismo vegetal, como forma ainda predominante de atividade econômicas(CAMPOS *apud* OLIVEIRA, 1991:30)

Estabeleceram-se correntes migratórias em direção à região Amazônica, de trabalhadores vindos principalmente dos estados de Maranhão, Piauí, Ceará, além de estados de outras regiões do país como Mato Grosso e Goiás. Porém, essas migrações ocorreram muito mais pelas difíceis condições de vida e trabalho nas regiões de origem dos migrantes e, em última análise, pelo projeto de expulsão expropriação dos camponeses, do que efetivamente pela ação de colonização do governo militar, já que os interesses dos grandes proprietários se sobrepuseram à necessidade verificada pelo governo de aliviar as tensões nas regiões de conflito no nordeste e os projetos de colonização se subordinaram aos estímulos oferecidos ao latifúndio. Para Martins, foi através dos incentivos do governo federal que os grandes proprietários se apropriaram das terras na região amazônica.

A execução da “Operação Amazônia” dependia de órgãos como a Superintendência Para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) criada em substituição à Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) e do Banco da Amazônia (BASA), criado em substituição ao Banco de Crédito da Amazônia, com características de um banco de desenvolvimento. Sob uma roupagem nacionalista, os projetos para a Amazônia no período da ditadura militar permitiam o ingresso, em condições bastante favoráveis, do capital externo. Foi no bojo das “Operação Amazônia” que grandes projetos de infra-estrutura foram postos em execução, que abrangiam desde a criação de Usinas Hidroelétricas, da abertura de rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, além dos corredores viários que dariam acesso a essas rodovias. Também realizou-se estudos (pela Agência norte-americana de Desenvolvimento Internacional – USAID) sobre os potenciais minerais, hidráulicos e florestais da região, com destaque para as reservas de ferro e diamante na região de Carajás.

Em virtude do potencial econômico que apresentava no projeto de modernização conservadora que estava sendo implantado no país, criaram-se, portanto, diversas políticas governamentais para a ocupação de extensas áreas por empresários capitalistas nacionais e internacionais, transformados em latifundiários, e rotas de migração populacional que se estabeleceram em direção à região

.Abordamos de forma sucinta as o interesse que despertou a região Amazônica nos anos do governo ditatorial pós-64 para explicitar que se tratava de uma região que

não estava relegada ao abandono; ao contrário, integrava o projeto de desenvolvimento imposto pelos militares à sociedade em que, no caso da referida região, o segmento social que se vê fortalecido são os proprietários de terras.

Ainda que fosse, de fato, uma área com baixa demografia, notória ausência do estado nas demandas mais básicas da população, tais como saúde e educação, não se tratava de uma área esquecida pelos governos militares e, conforme já mencionamos, os grandes proprietários de terra foram os beneficiários das políticas governamentais. Isso significa dizer que nas tensões sociais geradas por esse tipo específico de forma de ocupação da terra, os latifundiários poderiam contar com um esquema de apoio das diversas esferas do poder – municipal, estadual e federal – que incluía, não apenas as já mencionadas obras de infra-estrutura, mas também o apoio do aparato repressivo oficial, o poder judiciário, além de um aparato ilegal de repressão que se desenvolveu sobremaneira na região, com a conivência dos governos – a pistolagem.

Foi nessa região, em que estavam sendo gestadas as condições para a explosão de intensos conflitos sociais em torno da questão da terra, que em 1966 o PC do B começou a enviar militantes, com o objetivo de implantar no país uma guerrilha rural, com a criação de um exército popular aos moldes chineses. A estratégia era a de ir se misturando à população, criar laços amistosos, viver como lavradores e ir desenvolvendo na população a consciência política e o papel do camponês na revolução, já que segundo a estratégia do partido, era imprescindível a participação dos trabalhadores rurais, pois tratava-se de formar uma Exército Popular, dirigido pela vanguarda da classe operária, ou seja, o partido.

Da mesma forma que os militares, o Partido Comunista do Brasil via a região do ponto de vista estratégico, como uma área de abandono pelas forças governamentais e uma oportunidade de dar início à uma virada em direção a uma revolução democrático-burguesa no Brasil². Porém, como se sabe, o exército massacróu os militantes do PC do

² Ainda que não se concorde com as estratégias, avaliações e táticas empregadas pelo Partido Comunista do Brasil durante a ditadura militar não se pode deixar de frisar, ao contrário do que é veiculado na grande imprensa, nos meios militares e mesmo entre alguns estudiosos da ditadura militar, que a guerrilha do Araguaia foi de um movimento de *combate* à ditadura, posto que o objetivo do movimento não era a imediata implantação do comunismo e sim uma revolução de tipo “democrático-burguesa”; no limite, tratava-se de expulsar do comando do país os setores ligados ao imperialismo, em favor de uma “burguesia nacional”, além de, no campo, acabar com os “restos feudais”, promovendo o combate ao latifúndio e o fortalecimento da pequena propriedade familiar.

B e os moradores da região, tendo eles colaborado com os guerrilheiros ou não. O terror imperou na região, após tentativas frustradas de cooptação dos moradores, como a operação de Assistência Cívico Social.

Sob o pretexto de realizar diversas ações de assistência à população (médica, odontológica, para regularização de terras, fornecimento de documentos pessoais, etc)., O exército brasileiro procurou obter informações sobre a identidade e a área de atuação da guerrilha, mas sem sucesso, pois a população não colaborou espontaneamente. Após a Operação Aciso o exército mudou de estratégia, utilizando as equipes de inteligência que, da mesma forma que os militantes, se misturaram à população, mantendo em segredo suas verdadeiras identidades. Apresentam-se como técnicos agrícolas, comerciantes, lavradores, funcionários da SUCAM. Nesta fase, puderam mapear de forma bastante ampla a atuação da guerrilha e os militantes envolvidos.

Martins aponta instituições como o INCRA, criadas durante a ditadura militar como responsáveis pela implantação do projeto de modernização conservadora na agricultura, aquelas quem faziam uma “contra-reforma agrária” no Brasil, de cima para baixo, com o alijamento dos mediadores políticos do processo: igreja, sindicatos e associações. Tratou-se de um projeto que encampou muito do que aparecia como proposta do governo Jango, mas retirando delas seu conteúdo político, em nome de uma racionalidade técnica e econômica.

Pode-se supor que os funcionários das instituições que implantaram a modernização conservadora e a “contra-reforma agrária”, que tem como um de seus desdobramentos o estímulo ao latifúndio em detrimento dos posseiros e sem-terra, apresentavam um certo “no hall”, para lidar também com o posseiro que de alguma forma colaborava com a guerrilha do Araguaia. As atividades de assistência da Operação Aciso não eram inéditas e nem voltadas exclusivamente ao mapeamento dos guerrilheiros (ainda que essa característica deva ser tomada como principal) mas também teve a intenção de minimizar os conflitos, criar um clima de confiança na população junto ao exército, eliminando a Igreja, os Sindicatos e as Associações como legítimos mediadores na relação entre os posseiros, os latifundiários e o estado.

Posteriormente, deu-se início a atividade de extermínio e nessa fase da guerrilha a população local foi duramente atingida. Se caçou e assassinou militantes mas, para isso, era necessário também instituir o terror junto à população.

A estratégia de intimidação imposta aos moradores envolvia: 1 – o ataque às condições materiais e aos seus meios de subsistência; 2 – Espalhar boatos tanto acerca dos guerrilheiros, quanto das atividades do exército; 3 violência psicológica; 4– violência física, que incluía espancamentos, tortura e morte.

A queima de roça e expulsão dos posseiros de suas casas era prática bastante comum do exército. Diversos são os depoimentos que revelam que famílias inteiras perderam tudo o que tinham, desde as plantações, animais, até pertences pessoais. Em alguns casos as residências também eram incendiadas. O objetivo era matar a guerrilha de fome; como subproduto, tirava dos posseiros as condições de sobrevivência.

Outra estratégia era a de espalhar boatos a respeito dos militantes, explorando um arsenal de preconceitos que vigorava no exército, como divulgar que se tratavam de assassinos, criminosos ateus (e por isso obrigariam todos a abrirem mão da religiosidade, além de atuar com violência contra freiras, padres, missionários e etc). É constante nas falas dos moradores referirem-se aos guerrilheiros como “Paulistas”, “guerrilheiros”, “povo da mata” e terroristas”; essa última denominação é em geral usada quando se referem a algum episódio com a presença do exército.

A violência psicológica ocorreu em diversos graus e de diversas maneiras. Toda a estratégia de intimidação envolveu a violência psicológica: a queima das roças, das casas e a expulsão de seus moradores tinha uma “função pedagógica”, junto à comunidade: servia para demonstrar aos demais moradores as conseqüências de manter laços com os guerrilheiros; os boatos a respeito dos militantes e a presença de agentes na região, instauraram um clima de intranqüilidade e medo nos moradores; além disso, aproximadamente 300 moradores foram submetidos à prisão em um campo de concentração em Bacaba, recebendo ameaças à sua integridade física e à de seus familiares.

Não é possível calcular com exatidão o número de posseiros e seus familiares torturados durante a repressão à guerrilha do Araguaia. Espancamentos, detenções

arbitrárias e diversos tipos de violências fez parte do cotidiano da região durante o período. A tortura foi impingida pela força policial local e também pelo exército.

Pensamos que se estabeleceu uma continuidade entre a violência perpetrada aos posseiros e trabalhadores rurais em geral, a partir do episódio da guerrilha do Araguaia. Considerando as condições de fortalecimento do latifúndio que estavam sendo gestadas e a presença de um movimento guerrilheiro que, na visão dos governos militares, por si só deveria ter sido exterminado, a extrema violência no Araguaia direcionada aos posseiros tinha causas que extrapolavam a guerrilha. A pretensa região de tranquilidade para o avanço do capitalismo no campo havia sido abalada pela atuação da esquerda e para evitar o desenvolvimento de movimentos sociais e as lutas subseqüentes – estabelecendo ou não vínculos com a guerrilha, os trabalhadores da região deveriam ser “desestimulados”, através da estratégia terrorista do estado brasileiro.

A violência contra trabalhadores da região no período da guerrilha tinha, então, a finalidade de desencorajar a formação de grupos de luta pela terra e de contestação do modelo agropecuário instituído. Um personagem é bastante significativo dessa continuidade e do desencorajamento às lutas e reivindicações dos trabalhadores: Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como Major Curió.

Ex- agente do Serviço Nacional de Informações, Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como “Major Curió”, foi responsável pela fase de extermínio da Guerrilha do Araguaia. “ autor do mais completo dossiê de arapongagem sobre a guerrilha (...) o relatório 01 da Operação Sucuri”(ISTO É, 2008), o militar permaneceu na região.

Após o final da guerrilha, Sebastião Rodrigues de Moura foi eleito deputado federal pelo PDS em 1982 e 1986, apoiados pelo general-presidente Figueiredo e pelo general Newton Cruz. Foi, ainda presidente da Cooperativa de Mineração dos Garimpos de Serra Pelada e eleito prefeito, já no ano 2000, da cidade de “Curionópolis”, que ajudou a fundar em 1981 e batizada em homenagem a ele próprio.

Entre os posseiros da região do Araguaia, Curió é a personificação do terror, a lembrança constante de que os episódios de violência ocorridos na região deveriam permanecer em segredo, e a explicitação de que setores sociais seriam beneficiados pelos governos – sejam militares ou civis.

É bastante significativo que um ex-comandante do extermínio da guerrilha do Araguaia tenha permanecido na região, sendo agraciado com uma cidade em sua homenagem e o comando do maior garimpo a céu aberto do mundo. Não é possível também descartar a relação de cumplicidade que se estabeleceu entre os latifundiários da região e o major, até mesmo em episódios de escravidão a região comandada por ele é citada. Em reportagem no ano de 2004, o jornal Folha de São Paulo denunciava os municípios nas áreas de maior incidência de trabalho escravo no país (Sorriso, Eduardo Magalhães, Redenção e Curionópolis) e Sebastião de Moura, então prefeito, afirmava que ““Minha relação com os proprietários rurais é muito boa, nem podia ser diferente, porque há 300 mil cabeças de gado no município. O que existe são trabalhadores sem carteira de trabalho, mas todos são livres” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004),

Apesar da permanência das estratégias de terror utilizadas pelo exército e de sua personificação na presença na região do poderoso Major Curió, não deixaram de ocorrer conflitos na região. Os depoentes não falam das violências sofridas como algo extraordinário ou fora do comum. Isso porque a violência se tornou a marca do relacionamento entre estado-latifundiários e posseiros.

Entre 1976 e 1980 ocorreu na cidade de Piçarra a “Guerra dos Perdidos”, “revolta dos Perdidos” ou, como se referem alguns moradores, a “Segunda Guerrilha do Araguaia”. Tratou-se de um conflito em que os posseiros da região, antigos apoiadores dos guerrilheiros, resistiram armados às investidas do grileiro Luiz Erland, o Careca e do Incra, que pretendia deslocar os posseiros da área.

O INCRA executava um trabalho de remarcação de lotes, que atingiria a área tradicionalmente ocupada pelos posseiros. Frente à situação, o agricultor João de Deus, que havia trabalhado como peão no sítio de guerrilheiros e seus cunhados – Davi e Joel dos Perdidos, assumiram a liderança do movimento de luta pela permanência em suas posses. Segundo o agricultor, mais de 170 homens participaram do encontro e decidiu-se interromper o trabalho de remarcação feito pelo INCRA. Marcou-se um encontro no local onde se encontravam os funcionários do INCRA para o dia 26 de outubro de 1976 à meia-noite. Apenas 36 posseiros compareceram ao encontro. Com um número reduzido de homens, recuaram e adiaram o ataque, realizado pela manhã numa área mais afastada, no interior da mata.

Pela manhã teve início o conflito, com alguns pistoleiros mortos e, segundo o Serviço Nacional de Informações, as mortes dos soldados Claudiomiro Rodrigues e Ezio Araújo (OESP:2010).

O que seguiu-se ao confronto foi a violência já conhecida dos trabalhadores da região do Araguaia. Segundo depoimento de um dos líderes, Davi:

Fiquei um mês trancado numa cela. Me deram choques na língua, botavam fio elétrico na orelha e no cotovelo, você cai morto, não vê nada. Meus dentes quebraram tudo", lembra. "Me perguntaram de coisas que eu não sabia que existia no mundo (OESP:2010).

O que fica evidente, na análise da repressão aos camponeses que atuaram na guerrilha do Araguaia, era que se tratava de uma repressão que extrapolava a própria guerrilha. As formas violentas de expulsão e expropriação dos trabalhadores rurais que se seguiu em períodos posteriores à guerrilha são semelhantes às formas empregadas para desestimular a atuação do camponês na atividade guerrilheira. Não foi acaso ou amadorismo a maneira como foi realizada a perseguição aos camponeses do Araguaia pois tal perseguição se coadunava aos objetivos da modernização conservadora da agricultura e ao privilegiamento do latifúndio, empreendidos pela ditadura após 1964.

Referências Bibliográficas

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora. da UFG, 1997.

DÓRIA, Palmério et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO, Prefeitos de 4 municípios dizem que não há trabalho escravo. disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u62503.shtml> acessado em 20 de janeiro de 2011.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. *Diário da guerrilha do Araguaia*. Apresentação de Clovis Moura. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. (Biblioteca Alfa-Omega de cultura universal, série 1, v. 10).

ISTO É, *Este homem sabe onde estão os cadáveres do Araguaia*, Edição 1999, fevereiro de 2008.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis : Vozes, 1984

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para Não Entregar: políticas públicas e amazônia*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1991.

_____. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo, Contexto, 1999

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Guerra dos Perdidos: Posseiros que deram apoio à guerrilha se levantaram contra o Incra*. Disponível em http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101219/not_imp655609,0.php acessado em 18 de janeiro de 2011.

PORTELA, Fernando . *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Parma, 1979.